



# FEDERAÇÃO FOI RECEBIDA PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO: BASTA DE COMPROMISSOS, QUEREMOS SOLUÇÕES

**A nossa Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (Federação) foi, finalmente, recebida pelo Secretário de Estado da Educação (SEE), passados nove meses da solicitação desta reunião e depois de uma greve e manifestação nacionais. Estes factos inaceitáveis não se apagam com a admissão por parte do SEE que já nos devia ter recebido.**

A Federação considerou que esta atitude confirma o que vem afirmando desde que se iniciou o processo de transferência de competências do Ministério da Educação (ME), nomeadamente da gestão dos Trabalhadores Não Docentes (TND) para os 277 municípios, que o Governo e o Ministério da Educação se quiseram desresponsabilizar das suas obrigações constitucionais de garantir uma Escola Pública Universal e Inclusiva. Considerámos que o processo de municipalização em desenvolvimento na Escola Pública põe em causa a sua universalidade e inclusão. Objectivos constitucionais que visam garantir direitos equivalentes para todos os utentes com respeito pelos trabalhadores que devem prestar em exclusividade este importante serviço público. Exigimos que o ME promova a negociação do Caderno Reivindicativo entregue e responda com celeridade às seguintes reivindicações prioritárias com soluções políticas que resolvam os problemas:

## Da falta crónica de pessoal, ao recurso à precariedade:

- ▶ **Através de uma nova revisão da Portaria de Rácios**, com base em critérios que respondam às exigência de trabalhadores tendo em conta os diversos contextos escolares, sociais e outros de cada escola para a construção de uma relação adequada entre o número de trabalhadores e alunos por agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- ▶ **Acompanhada de medidas que visem a fixação de trabalhadores para a estabilização do corpo Não Docente**, através da garantia da dignidade profissional destes trabalhadores, com fim à precariedade, o estabelecimento à exclusividade funcional à escola e a consagração do direito ao posto de trabalho.
- ▶ **Por via da criação de carreiras específicas que reponham as Carreiras de Auxiliar de Acção Educativa, Assistente de Acção Educativa, Administração Escolar e de Técnico Especializado com conteúdos funcionais específicos com a valorização funcional e salarial que ponham fim à existência inaceitável de trabalhadores, com 10, 20 e 30 anos de serviço que estejam a receber pouco mais que o salário mínimo, nomeadamente os assistentes operacionais, o mesmo que receberá quem entrar hoje nas escolas para a mesma carreira.**
- ▶ **E com dotação dos mapas de pessoal com profissionais da área da saúde**, de modo a garantir mais qualidade na inclusão com segurança nos cuidados aos alunos. Como forma de por fim às pressões exercidas junto dos Trabalhadores Não Docentes para que realizem actos de enfermagem, situação perigosa para as crianças e jovens, bem como para os Trabalhadores que as executam.
- ▶ Com a garantia de formação contínua como está estabelecida na Lei.

Relativamente à falta de Pessoal, o SEE informou que há um compromisso do ME para com a Associação Nacional de Municípios de responder à falta de pessoal na área da Inclusão, já relativamente às áreas do apoio educativo e da segurança, higienização e outras, considerou, como aconteceu com SEE anteriores, que se calhar não falta pessoal, o absentismo é que é muito elevado.

A Federação reafirmou que este raciocínio já usado por outros SEE, é um argumento inaceitável para fugir à resolução do problema. As situações de doença não podem ser desligadas do elevado nível etário de muitos dos trabalhadores não docentes e que esta situação é mais sentida nas escolas em que o número de trabalhadores é insuficiente.

O SEE, relativamente à carreira específica, tem dúvidas sobre os efeitos da especialização, não deixando de concordar que é necessário valorizar os trabalhadores para os fixar.

Considerou importante desenvolver a formação contínua, falou da existência dos centros de formação para professores e outros profissionais da educação e em algumas linhas não muito concretas para o seu desenvolvimento.

Relativamente aos actos de enfermagem mostrou preocupação sem assumir qualquer compromisso.

**A Federação considerou que encontrar soluções para todos estes problemas, sem excepção, é fundamental para garantir a qualidade da Escola Pública e o respeito pelos direitos dos trabalhadores.**

## Carreira de Técnico Superior

- ▶ **Exigimos medidas políticas para garantir a fixação destes trabalhadores especializados em áreas fundamentais para resultado positivo na inclusão na Escola Pública.**
- ▶ **Só possível com a valorização destes trabalhadores se lhes pagarem o salário de acordo com a tabela da carreira dos docentes e pela qual todos estes profissionais foram admitidos como TEE, tendo visto o seu salário reduzido em aproximadamente 180€ mensais, aquando da regularização do seu vínculo no âmbito do PREVPAP,**
- ▶ **Com o desenvolvimento de medidas mais ágeis para obter consolidação das mobilidades e efectivas que os aproximem da sua área de residência.**
- ▶ **A Vinculação de todos os Técnicos Especializados contratados a termo certo.**
- ▶ **E a Resolução dos TEE da área da formação abrangidos pelo PREVPAP.**

O SEE admitiu prolongar a prorrogação das mobilidades até encontrar um quadro legal que permita a criação de vagas nos mapas de pessoal para fazer a consolidação das mobilidades.

Informou que já foi dada à Secretaria de Estado da Administração Pública toda a informação para o efeito da regularização do vínculo dos cerca de 3000 TEE que estão em situação precária no sistema.

Informou que já foi dada também autorização às escolas para a abertura de concursos para a regularização dos TEE da área da Formação abrangidos pelo PREVPAP.

A Federação considerou positivos estes andamentos mas reafirmou a urgência na concretização destas medidas para bem do processo de inclusão na Escola Pública e destes trabalhadores, enfatizando a necessidade da sua valorização salarial para potenciar a sua fixação e contrariar a sua saída para outros sectores do Estado como está a acontecer.

Nesta reunião, a Federação reiterou a sua posição contra a municipalização da Escola Pública e considerou que não é irreversível e não desresponsabiliza o Ministério da Educação das suas obrigações, embora tenha subjacente esse objectivo político. Neste sentido, deixámos claro que temos que ter, com a maior brevidade, respostas para os problemas, não basta compromisso, e que aguardamos a marcação uma reunião para abrir a negociação destes temas e das restantes matérias que constam do Caderno Reivindicativo.

**Perante os resultados desta reunião, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais decidiu convocar um Plenário Nacional de Dirigentes e Delegados Sindicais, a realizar no próximo dia 2 de Junho, às 14h30, em frente ao Ministério da Educação, para decidirmos a continuação da Luta dos Trabalhadores não Docentes.**

**SINDICALIZA-TE!**

**UNIDOS  
SOMOS  
MAIS  
FORTES**



STFPSN SINDICATO  
DOS TRABALHADORES  
EM FUNÇÕES PÚBLICAS  
E SOCIAIS DO NORTE  
RUA VASCO DE LOBEIRA, 47/51  
4249-009 PORTO  
TEL 225574060 FAX 225507257  
EMAIL [geral.porto@stfpsn.pt](mailto:geral.porto@stfpsn.pt)  
SITE [www.stfpsn.pt](http://www.stfpsn.pt)